

ENDIVIDAMENTO

PROJETOS QUE AUTORIZAM CONTRATAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS PELOS GOVERNOS ESTADUAIS

Estado	Valor. A União dá a garantia à operação (em milhões)	Instituição que emprestará aos estados
Bahia	Até US\$ 30	Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida)
Bahia	Até US\$ 10	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
Tocantins	Até US\$ 106,25	MCC S.p.A. Capitalia Gruppo Bancário
Mato Grosso do Sul	Até US\$ 28	Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata)
Pará	Até US\$ 42,67	MCC S.p.A. Capitalia Gruppo Bancário
Bahia	Até US\$ 12	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
Ceará	Até US\$ 37,5	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
Ceará	Até US\$ 16,25	MLW Intermed Handels

Fonte: Senado Federal

Aprovados nove pedidos de empréstimos externos para governos estaduais

FERNANDO EXMAN E KARLA CORREIA
BRASÍLIA

Senadores das bancadas estaduais da Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul e Pará se uniram em uma força tarefa para aprovar nove pedidos de empréstimos externos para os estados no plenário da Casa ontem, último dia permitido para a contratação desse tipo de empréstimo pelo setor público. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, essas operações só podem ser efetuadas pelos governos até 180 dias antes do fim do mandato, limitação reforçada por resolução do Senado de 2001 (número 43), que proíbe a contratação de operação de crédito nos mesmos parâmetros.

Além da pauta da Casa, obstruída por cinco medidas provisórias, a aprovação dos créditos para os governos estaduais ainda teve que enfrentar os senadores de Tocantins, um dos estados que seriam beneficiados pelas contratações, contrários à liberação de empréstimos.

A bancada do estado obstruiu as sessões anteriores para evitar que o governador de Tocantins, Marcelo Miranda (PMDB), candidato à reeleição, se beneficiasse do empréstimo de até US\$ 106,25 milhões, que seria financiado pelo grupo bancário italiano Capitalia com garantia da União.

Representantes dos estados e das instituições financeiras ou agências internacionais que assinariam os documentos estavam em Brasília de prontidão para ir ao Ministério da Fazenda assim que os projetos fossem aprovados pelo Senado.

NEGOCIAÇÕES

O secretário de Planejamento do governo da Bahia, Armando Avena, escalado para assinar o contrato, acompanhava do plenário do Senado as negociações para que a tramitação dos projetos avançasse. O estado esperava autorização para US\$ 52 milhões em financiamentos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA).

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), que encabeçou a manobra de obstrução da votação na semana pas-

sada, apresentou destaque ao projeto pedindo fiscalização durante todo o processo de aplicação dos recursos pelo governo de Tocantins.

“O risco de desvio desses recursos é um fato, sobretudo tão pouco tempo antes das eleições”, disse Siqueira Campos. Segundo ele, não existe acordo de lideranças para votar a matéria há 75 dias, e esse teria sido o motivo para o atraso na aprovação dos empréstimos.

“É um discurso falacioso esse que acusa a bancada de Tocantins de impedir os empréstimos para cinco estados. As lideranças não se comunicam”, acrescentou Siqueira Campos. Não por outro motivo não conseguiram até agora votar o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) argumenta o senador.

Representantes dos estados e agências internacionais estavam em Brasília de prontidão para assinar os contratos

A aprovação dos empréstimos foi um dos assuntos da reunião entre o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) e os líderes partidários da Casa ontem. Sem quorum para enfrentar a obstrução da bancada, o caminho teria que passar pela negociação com a bancada de Tocantins. Mas a interferência dos governos dos outros estados beneficiados pelos empréstimos foi suficiente para garantir o número de senadores em Plenário e permitir a votação.

Renan disse que está sendo feito um esforço para compatibilizar o funcionamento das duas Casas nas eleições. A ideia, segundo ele, é limpar a pauta antes do recesso parlamentar previsto para começar em 17 de julho. Os deputados e senadores também devem fazer um esforço concentrado nas primeiras semanas de agosto e setembro. Uma das prioridades depois da apreciação das MPs é a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).